PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E O RESIDENCIAL JARDIM ATLÂNTICO: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE A PARTIR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

Cheyenne Vieira Marques[1]

Orientação: Ana Carolina Bordini Brabo Caridá[2]

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar a temática que envolve a moradia como direito constitucional. Considera que o direito à moradia é mais que o simples lugar para morar, mas também o acesso à saúde, saneamento básico, educação, trabalho, lazer, cultura, mobilidade urbana, dentre outros serviços. Para tanto, foram analisadas o desenvolvimento de ações socioambientais do Programa Minha Casa Minha Vida, considerando os eixos do Trabalho Social, com ênfase no eixo II – Educação Ambiental e Patrimonial, como instrumentos para a formação de cidadãos críticos, capazes de protagonizarem a transformação da realidade local. O campo de pesquisa compreende as famílias beneficiárias do Residencial Jardim Atlântico, no município da Florianópolis/SC. As metodologias aplicadas foram pesquisa-ação e pesquisa documental, além da fundamentação teórica ser baseada na Educação Ambiental Critica.

Palavras-Chave: Direito à moradia. Programa minha casa minha vida. Trabalho social. Educação ambiental crítica.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo analisar a implementação das ações de Educação Ambiental, no empreendimento habitacional Residencial Jardim Atlântico, localizado na cidade de Florianópolis, como resultado da experiência do Projeto de Trabalho Social no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, procurando identificar se metodologicamente as ações foram executadas considerando as características da Educação Ambiental Crítica, aqui compreendida como uma práxis fomentadora de cidadãos críticos, rompendo com a ideia de um pensamento único, baseada nos valores da diversidade cultural, da autonomia política e da democracia participativa. Dentre os métodos utilizados neste tipo de abordagem, o presente trabalho se baseará no método dialético que de acordo com Gil (2008, p.14):

---

[1] Assistente Social graduada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Acadêmica do Curso de Especialização em Educação Ambiental com Ênfase na Formação de Professores do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC.

[2] Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Santa Catarina. Mestra em Sociologia Política e licenciada e bacharel em Ciências Sociais (UFSC).

> Fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, uma vez que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.

Dos procedimentos a serem adotados, o estudo de caso foi utilizado tendo como principais instrumentos a pesquisa-ação, pesquisa em fontes documentais e bibliográficas, com destaque para os relatórios técnicos emitidos pela executora das ações – empresa Painel Pesquisas, Consultoria e Publicidade Ltda.

> Na pesquisa-ação, a comunidade é sujeito e objeto de conhecimento. Ela está e é envolvida na pesquisa porque esta responde a seus interesses e preocupações. [...] Uma característica básica da pesquisa-ação é que ela se coloca a serviço das camadas populares e supõe, destarte, compromisso consciente para com esta população por parte dos que se inserem em seu processo. (SOUZA, 2008, p. 201)

Para tanto, foi realizada uma breve retrospectiva da intervenção estatal nas questões habitacionais no Brasil e em Florianópolis, podendo ser constatado que as mesmas vêm sendo tratadas de forma pontual, fragmentada e com caráter emergencial.

Na segunda seção é abordada a questão habitacional, atrelada a execução do Projeto de Trabalho Social em intervenções habitacionais e de saneamento, especialmente a partir da criação do Ministérios das Cidades no ano de 2003 e das ações de Educação Ambiental, como eixo obrigatório e transversal as demais ações.

O Direito a Moradia, instituído na Constituição Federal no ano 2000, seguido posteriormente do marco legal da Política Nacional de Habitação (2004) e do advento do Programa Minha Casa Minha Vida (2009) são os norteadores da terceira seção, trazendo subsídios para a discussão que se busca promover nesse estudo.

Na quarta seção denominada “Intervenções habitacionais formuladas pela Prefeitura Municipal De Florianópolis no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida: Residencial Jardim Atlântico”, é realizado o relato das ações do eixo de Educação Ambiental e Patrimonial do Trabalho Social, conjecturando-as para a formação do cidadão crítico, pautada no amplo exercício da participação e do protagonismo social, como exercício da cidadania, prática indispensável à democracia e à emancipação socioambiental.

2. QUESTÃO HABITACIONAL: TRABALHO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A partir da nova etapa do sistema capitalista global, iniciada na década de 1970, o espaço urbano se tornou a nova fronteira de acumulação do capital. O processo de industrialização foi um dos impulsionadores do crescimento urbano das cidades, incentivado

pela massiva imigração, trazendo consigo o adensamento das diversas expressões da questão social.

> A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004, p. 77).

A questão urbana e consequentemente a questão habitacional, estão diretamente relacionadas a esse contexto, tendo em seu cerne uma relação direta com o sistema econômico vigente. Logo, a carência de habitação é uma expressão da questão social que se agravou com a intensificação do processo de urbanização das cidades e devido à concentração de renda, culminando no agravo da desigualdade social e o empobrecimento de determinados segmentos sociais, dificultando o acesso à moradia digna. Para Engels (2015, p.38)

> [...] Essa escassez de moradia não é peculiar da época atual; ela não é nem mesmo um dos sofrimentos peculiares do proletariado moderno em comparação com todas as classes oprimidas anteriores, pelo contrário, ela atingiu todas as classes oprimidas de todos os tempos de modo bastante hegemônico. Para pôr um fim a *essa* escassez de moradia só existe *um* meio: eliminar totalmente a exploração e a opressão da classe trabalhadora pela classe dominante. – O que hoje se entende por escassez de moradia é o peculiar agravamento das más condições de moradias dos trabalhadores em razão da repentina afluência da população às metrópoles [...] E a única razão pela qual *essa* escassez de moradia passou a ser tema frequente é que ela não se limitou à classe dos trabalhadores, mas acabou atingindo também a pequena burguesia.

As primeiras intervenções do Estado na questão habitacional no que tange o provimento de moradias datam da década de 20 com aplicações dos fundos das Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) em resposta às reivindicações dos ferroviários, investindo parte de seu arrecadamento na construção de casas para operários e funcionários da União, sendo as CAPs posteriormente substituídas pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Foi no primeiro governo do Presidente Getúlio Vargas que iniciaram a construção dos primeiros conjuntos habitacionais no estado de São Paulo. Entretanto, o primeiro delineamento na era Vargas de uma política habitacional no Brasil aconteceu em 1946 com a criação da Fundação Casa Popular (FCP) cujos objetivos eram a construção de moradias, o apoio à indústria de materiais de construção e a implementação de projetos de saneamento (MARQUES, 2006).

Com a instauração do Regime Militar em 1964, estudos apontam que o principal foco escolhido para a intervenção estatal foi, em um primeiro momento, a habitação com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e para atuar com agentes financeiros dos recursos do BNH vinculados ao mercado popular, mercado que atende famílias com renda de 1 a 5

salários mínimos. Por meio das Cooperativas de Habitação Popular (COHAB) que se inicia a dispensa de recursos para o desenvolvimento do Trabalho Social com as famílias, através da Taxa de Apoio Comunitário.

De acordo com Paz et al (2018) pode-se afirmar que o Trabalho Social (TS) associado a programas de habitação de interesse social está presente desde quando a Política Nacional de Habitação e Saneamento (PNHS) foi definida no BNH, no período de 1968 a 1986, tendo nesta época, um caráter mais administrativo, pois se preocupava com a seleção da demanda e o acompanhamento da adimplência dos mutuários. Contudo, foi a partir da criação do subprograma de Desenvolvimento Comunitário em 1975 que se institucionalizou o TS nacionalmente, quando iniciam as intervenções habitacionais direcionadas às famílias de baixa renda, incorporando preocupação com o meio ambiente e com ações associadas ao trabalho social na habitação de interesse social, avançando para um fazer voltado também para a sustentabilidade das famílias, a mobilização e organização comunitária e acompanhamento da mudança das famílias para os empreendimentos.

A partir de 1986 quando ocorreu a extinção do BNH, a Caixa Econômica Federal (CEF), o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central (BACEN), ficaram com a atribuição de desenvolver a política habitacional do país, apesar de não possuírem qualquer tradição relacionada ao tema. Somente no ano de 1994, no governo Itamar Franco, foram lançados o Programa Habitar Brasil (PHB) voltado para os municípios com mais de 50 mil habitantes, e o Morar Município, destinado aos municípios de menor porte. Nesse período que se “introduziu o TS, admitido como contrapartida de estados e municípios” (PAZ et al, 2018, p. 115).

É no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) que a área da habitação, através do Programa Habitar Brasil, recebe financiamento internacional do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa passa a ser denominado Programa Habitar Brasil BID (HBB), passando a realização do TS ser uma exigência para programas e projetos reforçando a necessidade do desenvolvimento desse trabalho junto às intervenções físicas, ambientais e jurídicas.

> Em 1998, foi publicado o Manual de Instruções do Habitar Brasil, definindo ações de fortalecimento da mobilização, de capacitação profissional e educação sanitária, sob a forma de contrapartida com recursos de 1,5% do valor do investimento. Em 1999, um novo manual é divulgado, com mudanças nos recursos a serem disponibilizados. (CFESS, 2016, p.40)

Paralelo ao HBB outros programas eram ofertados também com a realização do Trabalho Social, tais como: Pró-moradia e Programa de Arrendamento Residencial (PAR), sendo neste último o foco na gestão condominial.

Na última década o Trabalho Social em intervenções de desenvolvimento urbano e habitação de interesse social ganhou visibilidade. A valorização é fruto de um processo que passou a ser exigência com a criação do Ministério das Cidades, em 2003, e incorporada à Política Nacional de Habitação (PNH) em 2004, configurando-se como componente estratégico nas intervenções urbanas, como por exemplo, em Programas de Saneamento Ambiental Integrado e de mobilidade urbana, a partir do advento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007.

O Trabalho Social tem seu reconhecimento como componente da política urbana e de habitação a medida que normativos são expedidos, definindo parâmetros de atuação e financiamento, tais como: a Instrução Normativa 27/2007 que Regulamenta o Desenvolvimento de Trabalho Social executado no âmbito das ações programáticas do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e em 2009 com a criação do Programa Minha Casa Minha Vida sendo publicada a Instrução Normativa 08/2009 do Ministério das Cidades que regulamenta o Trabalho Social executado em intervenções de provisão habitacional e de urbanização de assentamentos precários das Ações e Programas geridos pelo Ministério das Cidades.

> Cabe registrar que o trabalho social e a regularização fundiária foram considerados elementos estruturantes nos projetos integrados de construção de moradias [...]. Esse trabalho social apresentava três objetivos: mobilização da participação e organização da comunidade, educação sanitária e ambiental e, geração de trabalho e renda. A metodologia deveria ser planejada de forma a acompanhar as etapas da intervenção física (antes das obras, durante as obras e após as obras, além de prever também o pós-ocupação). (CFESS, 2016, p.40)

No ano de 2014 o TS passou por significativas mudanças, regulamentadas pela Portaria 21 do Ministério das Cidades trazendo novas diretrizes, especificações e os procedimentos para sua execução. Segundo a Portaria:

> O Trabalho Social compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2014).

Foi a partir da Portaria supramencionada que o Trabalho Social passou a observar obrigatoriamente quatro novos eixos centrais em seu desenvolvimento, devendo sua

priorização atentar às características específicas de cada empreendimento. Em 2018 houve a atualização das diretrizes do TS por meio da Portaria 464 de 25 de julho, dando ênfase à Gestão Condominial e a promoção da autogestão ao que tange o TS voltados ao Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV- FAR[3]. De acordo este marco regulador os eixos tem por objetivo:

> I - Mobilização, organização e fortalecimento social - visa promover a autonomia e o protagonismo social, o fortalecimento, a constituição e formalização de novas representações, e novos canais de participação e controle social por meio de processos de informação, mobilização, organização e capacitação dos beneficiários;
>
> II - Educação ambiental e patrimonial - visa promover atitudes que contribuam para a preservação do meio ambiente, do patrimônio e da saúde, fortalecendo a percepção crítica da população sobre os aspectos que influenciam sua qualidade de vida, além de refletir sobre os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos que determinam sua realidade, tornando possível alcançar a sustentabilidade ambiental e social da intervenção;
>
> III - Desenvolvimento Socioeconômico - objetiva a articulação de políticas públicas das diversas áreas, incluindo o apoio e a implementação de iniciativas de geração de trabalho e renda, visando à inclusão produtiva, econômica e social, de forma a promover o incremento da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida da população, em um processo de desenvolvimento socioterritorial de médio e longo prazo;
>
> IV - Assessoria à Gestão Condominial - visa orientar e assessorar as famílias beneficiárias para a constituição do condomínio e implantação da gestão condominial no intuito de promover a autogestão e organização dos processos representativos, quando for o caso. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2018)

Desta forma, o Trabalho Social em intervenções habitacionais deve compreender ações como partes de uma totalidade dialética que envolve diferentes aspectos que afetam a qualidade de vida de uma população, dentre elas o ambiente e a educação ambiental, ou seja, “o ser humano está inserido na natureza enquanto ser inconcluso e não como algo à parte, dela separado. Ele é parte integrante de todo social e natural, ambos também inconclusos” (DICKMANN, CARNEIRO, 2021, p. 94). Corroborando com esta ideia:

> [...] A noção de meio ambiente engloba, ao mesmo tempo, o meio cósmico, geográfico, físico e o meio social, com suas instituições, sua cultura, seus valores. Esse conjunto constitui um sistema de forças que exercem sobre o indivíduo e nas quais ele reage de forma particular, segundo os interesses e suas capacidades. (SILLIAMY, 1980 *apud* REIGOTA 1995, p.13)

Logo, no contexto da produção de moradias populares ocorrido nos últimos anos, em particular no município de Florianópolis, por meio do PMCMV, esta pesquisa busca observar as intervenções de educação ambiental com vistas a garantia de cidades sustentáveis do ponto

---

[3] FAR – Fundo de Arrendamento Residencial. O FAR é um fundo financeiro de natureza privada, com prazo indeterminado de duração, regido pela Lei nº 10.188, de 12/02/2001 e pelo seu Regulamento. O fundo tem como objetivo prover recursos, ao Programa de Arrendamento Residencial - PAR e ao Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, para realização de investimentos no desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, edificação de equipamentos de educação, saúde e outros complementares à habitação.

de vista do meio ambiente, do interesse e da percepção socioespacial dos sujeitos envolvidos, do direito à cidade e do acesso à moradia digna. Segundo Loureiro (2002, p. 69):

> A Educação Ambiental é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade da vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente. Nesse sentido, contribuir para a tentativa de implementação de um padrão civilizacional e societário distinto do vigente, pautado numa nova ética da relação sociedade-natureza.

No contexto das políticas públicas, a Lei nº 9.795/1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) possui diretrizes de orientação a quaisquer projetos governamentais relacionados ao tema e estabelece em seu artigo 1°:

> Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem como de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999)

A promoção da uma Educação Ambiental da sociedade é considerada um grande desafio de modo a estimular a reflexão crítica e potencializar práticas rumo às mudanças necessárias para a melhoria da qualidade de vida da população e para a minimização de problemas sociais.

3. DIREITO A MORADIA: POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO E PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Este estudo tem como marco legal a promulgação da Constituição de 1988, momento em que a sociedade brasileira passou a contar com um respaldo legal importante no trato do planejamento e gestão urbana. Esta discussão está presente nos artigos 182 e 183, no capítulo que trata da política urbana e suas formas de gestão.

No período de elaboração da Constituição Federal brasileira, aconteceu uma ampla mobilização e participação dos vários movimentos sociais no processo constituinte, com o objetivo de reivindicar a participação popular na formulação, deliberação e controle das políticas públicas. Os movimentos populares urbanos, dentre eles o Fórum Nacional pela Reforma Urbana, tiveram papel importante na formulação da Constituição, contemplando pela primeira vez um capítulo incluindo a política urbana (LINDNER, 2005).

Após onze anos de tramitação no Congresso Nacional, foi aprovado em 10 de outubro de 2001 a Lei 10.257 – Estatuto da Cidade - que regulamentou os artigos supramencionados e

estabeleceu diretrizes gerais da política urbana visando o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, tendo como um de seus objetivos a:

> Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 2001).

Nesse ínterim, a consolidação do Estatuto da Cidade da materialidade ao direito social de moradia, estando este direito intimamente ligado ao princípio da dignidade da pessoa humana, apontando os requisitos para o alcance da função social da propriedade urbana.

> [...] o Estatuto da Cidade tem importância fundamental na política habitacional popular na medida em que prevê a regularização de diversas áreas ocupadas por favelas, vilas, alagados e/ou invasões, bem como os loteamentos clandestinos espalhados pelas periferias das grandes e médias cidades, obrigando o poder público municipal a regulamentar o uso da propriedade urbana, dos espaços urbanos, da ocupação do solo em benefício de toda a sociedade [...] (JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2007, p.07)

No ano de 1948 o direito à moradia é reconhecido em âmbito internacional por meio da Declaração dos Direitos Humanos[4]. Posteriormente diversos tratados passam a incluir a moradia como direito social, a exemplo do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ratificado pelo Brasil em 1992, onde em seu artigo 11 reconhece:

> [...] o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados-partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento. (BRASIL, 1992)

Assim, cabe destacar que em conformidade com o Comentário Geral n. 04, de 12 de dezembro de 1991, do Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas – ONU, moradia não se resume apenas a um teto e quatro paredes, mas sim um local salubre, com condições mínimas à sobrevivência, servida dos serviços públicos essenciais, tais como: água e esgoto tratados, energia elétrica, coleta de resíduos sólidos e águas pluviais, pavimentação e transporte coletivo, acesso aos equipamentos sociais e comunitários (unidades básicas de saúde, unidades de ensino, área de lazer e esportes), garantindo ainda o direito de toda pessoa fazer parte de uma comunidade.

---

[4] A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos (https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos).

Entretanto, apesar de a moradia ser uma das necessidades básicas à reprodução social e à força de trabalho, e a Constituição Federal ter sido promulgada no ano de 1988, a moradia é inserida no capítulo “Dos Direitos Sociais da Constituição Federal” somente no ano 2000 por meio da Emenda Constitucional de nº 26, de 14 de fevereiro. Assim o Art. 6°da CF aponta que “são direitos sociais a educação, a saúde, alimentação, o trabalho, a **moradia,** o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (BRASIL, 2007.Grifo nosso)

Vale ainda dizer que o direito à moradia digna constitui parte do que se passou chamar direito à cidade, sendo esta pauta da ação política dos movimentos sociais urbanos na luta pelo reconhecimento e garantia de direitos sociais, com ênfase no direito à cidade.

Outras medidas foram instituídas no campo do direito à moradia, tais como: Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001); Política Nacional de Habitação (PNH/2004); Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS/2005); Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) – Lei n° 11.124/2005; Programa de Aceleração do Crescimento (PAC/2007); Plano Nacional de Habitação (PLANHAB) – Assessoria Técnica Gratuita para Famílias de Baixa Renda (Lei n° 11.888/2008); e, Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e de Regularização Fundiária (Lei n° 11.977/2009), recentemente substituído pelo Programa Casa Verde e Amarela, por meio da lei 14.118, de 12 de janeiro de 2021.

Segundo cálculos de Carneiro e Valpassos (2003) o déficit habitacional brasileiro seria de 6,7 milhões de moradias no ano 2000. Visando alterar este cenário, desde o 2004 o Brasil conta com a Política Nacional de Habitação (PNH). A elaboração e implementação da PNH tem como meta garantir à população, especialmente a de baixa renda, o acesso à habitação digna. Seus componentes principais são: integração urbana de assentamentos precários, a urbanização, regularização fundiária e inserção de assentamentos precários, a provisão da habitação e a integração da política de habitação à política de desenvolvimento urbano (PNH, 2004).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2008, aponta um crescimento déficit habitacional no Brasil, aumentando para 7,9 milhões de moradias, correspondentes a 21% da população brasileira na época. Considerando este cenário e buscando superar a crise econômica mundial e minimizar o déficit, foram priorizados pelo Governo Federal investimentos na área de habitação com a criação no ano de 2009 do PMCMV, inicialmente instituído por medida provisória editada em parceria com o setor da construção civil e imobiliária:

> [...] em março de 2009, com o objetivo de criar condições de ampliação do mercado habitacional para atendimento das famílias com renda de até dez salários mínimos, o governo anuncia o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Estabelecendo um patamar de subsídios direto, proporcional à renda das famílias, esse programa busca claramente impactar a economia através dos efeitos multiplicadores gerados pela indústria da construção [...].(PAZ et al, 2018, p. 117)

O Programa foi regulamentado sob a Lei 11.977/09 tendo por "finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais" ofertando unidades habitacionais para quatro faixas de renda, sendo que este trabalho tem sua investigação centrada na modalidade Faixa 1 – de Interesse Social – para famílias com renda mensal de até R$ 1.800,00.

Além da renda familiar, são utilizados para a seleção das famílias os seguintes requisitos mínimos: não possuir moradia própria; estar em situação de risco ambiental (enchente, alagamento, transbordamento ou em decorrência de qualquer desastre natural); serem mulheres responsáveis pela unidade familiar; e, ou famílias que tenham dentre seus membros pessoas com deficiência. Ressalta-se ainda a garantia estabelecida no Estatuto do Idoso, de que pelo menos 3% das unidades sejam destinadas às pessoas idosas.

Observados os critérios mencionados, a contratação das unidades pode acontecer em duas modalidades distintas, ou seja, por demanda fechada ou demanda aberta. Na demanda fechada as unidades habitacionais são:

> [...] destinadas a um grupo de famílias provenientes de um mesmo assentamento irregular, em razão de estarem em área de risco, terem sido desabrigadas por motivo de risco ou outros motivos justificados em projetos de regularização fundiária e que tiverem que ser realocadas (BRASIL, 2014, p. 51).

A modalidade demanda aberta corresponde ao empreendimento com unidades disponibilizadas considerando "a livre candidatura ao benefício, sem a definição de qualquer restrição por cotas ou território" (BRASIL, 2014, p. 236), ou seja, os interessados realizam inscrições junto ao ente público e aguardam pela disponibilidade, não existindo qualquer vínculo prévio entre os futuros moradores e por vezes, destes com o novo território.

O programa possui abrangência nacional sendo dividido em fases. Em sua primeira fase (PMCMV 1) foram contratadas 1 milhão de unidades habitacionais até 2010. Para a segunda fase do programa (PMCMV 2), estabeleceu-se a meta de outras 2,75 milhões de moradias entre 2011 e 2014. A terceira fase contempla a expectativa de provimento de mais 2 milhos de residências.

Segundo Moreira (2017) o PMCMV está presente em 96,1% dos municípios brasileiros, sendo que os empreendimentos direcionados à faixa 1 abrangem 81% das cidades,

com o provimento de mais de 1.700.000 unidades habitacionais (U.H) contratadas até o ano de 2017 e destas, 35.399 unidades estão no estado de Santa Catarina.

De modo geral, apesar da grande oferta de unidades habitacionais, o programa continua a seguir a lógica de produção periférica da cidade, ou seja, condicionando os empreendimentos a viabilidade econômica, onde os proponentes adquirem terrenos distantes dos centros urbanos para serem destinadas à construção dos empreendimentos. “O resultado dessa equação financeira é a construção de megaempreendimentos padronizados inseridos nas piores localizações das cidades, isto é, onde o solo urbano é mais barato” (ROLNIK, 2015, p. 310).

Apesar de grande parte dos autores concordarem que o PMCMV seja um avanço importante no que tange a provisão de habitação de interesse social[5], observa-se que os empreendimentos vêm replicando os modelos dos conjuntos habitacionais do BNH, contrariando a importância de considerar a produção do espaço urbano e de cidades justas, inclusivas e democráticas, ou seja, garantindo o Direito a Cidade.

4. INTERVENÇÕES HABITACIONAIS FORMULADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: RESIDENCIAL JARDIM ATLÂNTICO

A atuação do Poder Executivo Municipal de Florianópolis nesta questão é relativamente recente, marcada por intervenções parciais, pontuais e descontínuas. A primeira intervenção da Prefeitura em termos de provimento de habitações foi em 1978, com o projeto *SAPÉ*, destinado ao reassentamento de 85 famílias de baixa renda que residiam em encostas do Morro da Cruz, na Agronômica. Entre os anos de 1978 a 1989 a Prefeitura Municipal deixou de atuar na questão habitacional, voltando apenas em 1990, por força de pressão social e mobilização popular.

De 1989 a 1992 aconteceu a intervenção loteamento Jardim Ilha-Continente em Capoeiras, beneficiando 144 famílias com regularização da posse e a construção de 50 unidades habitacionais. No ano 1990 foi desenvolvido o Projeto Serrinha II com a participação da comunidade e atendeu 60 famílias, as quais ocupavam desordenadamente um

[5] Segundo dados do Relatório Déficit Habitacional 2016-2019 elaborado pela Fundação João Pinheiro, no ano de 2016 o déficit no Brasil estava em 5.657 milhões, em 2017 passou para 5.970 milhões, no ano de 2018 caiu para 5.870 milhões e em 2019 alcançou o quantitativo de 5.876 milhões de moradias. Apesar da flutuação, comparando ao cenário ex-ante PNH e PMCMV houve redução de 12% no déficit, ou seja, cerca de 2 milhões de moradias.

terreno particular com moradias muito precárias. Em 1992, a intervenção municipal aconteceu por meio do projeto Nova Esperança, contando com a participação dos moradores na construção das casas, por meio de um mutirão, atendendo 50 famílias. (FLORIANÓPOLIS, 2002)

Entre os anos de 1996 a 1999, foi implementado em Florianópolis o Projeto Vila União com o provimento de 175 unidades habitacionais e o Conjunto Habitacional Vila Cachoeira com a construção de 205 casas, ambos localizado no norte da ilha (MARQUES, 2006). Ainda na década 90, em 1997, deu-se início ao Projeto Chico Mendes, localizado na região continental incluindo as comunidade Chico Mendes, Novo Horizonte e Nossa Senhora da Glória. Na primeira fase do projeto, entre os anos de 1997 a 1999, foram construídas 140 novas moradias.

Em 1998 o município deu seguimento à intervenção com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alcançando o quantitativo de 361 unidades habitacionais construídas na região. Posteriormente, no ano de 2003, um novo contrato foi assinado credenciando a Comunidade Morro do Mocotó (região central), para o desenvolvimento de mais um projeto na área da habitação, que culminou na construção de 52 casas.

Em parceria com a COHAB, foi construído o Conjunto Abrão, entregue no ano 2000, que resultou na execução de 177 unidades no Bairro Abraão – Continente, com vistas a remoção de famílias que se encontravam assentadas na área da Via expressa.

A partir da iniciativa do Governo Federal, com o advento do PAC, em Florianópolis também houve investimentos, com destaque para a região do Maciço do Morro da Cruz. Apesar do objetivo central do programa ser o planejamento e execução de obras de infraestrutura urbana, unidades habitacionais foram projetadas considerando a necessidade de realocação de famílias que se encontravam em área de risco ou em áreas onde foram projetadas melhorias na malha viária e muros de contenção. Para este projeto foi prevista a produção de 438 moradias.

De acordo com o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis - PMHIS, o déficit habitacional[6] em Florianópolis até o ano de 2010 era de 7.842 domicílios. O

[6] O déficit habitacional quantitativo caracteriza-se pela necessidade de novas moradias, sendo esta expressa por: reposição e incremento de estoque. A reposição de estoque compreende domicílios rústicos, ou seja, aqueles cuja construção é feita por material improvisado como madeira aproveitada, vasilhames, entre outros, indicando a necessidade de substituição. O incremento de estoque é composto por domicílios improvisados, coabitação familiar (duas ou mais famílias compartilhando o mesmo domicílio, ou em cômodos), além daquelas com ônus excessivo com aluguel. (Florianópolis, 2012, p. 17).

mesmo documento aponta uma estimativa que até o ano de 2028, o déficit passará para 24.246 domicíiclio na faixa de renda de 0 a 3 salários minimos (SM).

> Para o atendimento desta modalidade [0 a 3SM], a ação de apoio à promoção privada de UH apoia-se na perspectiva de oferta contínua de recursos e na ampliação dos programas do governo federal, como Programa Minha Casa Minha Vida, bem como na viabilização das ações institucionais (...). (FLORIANÓPOLIS, 2012, p.78)

Ainda de acordo com o PMHIS, a estimativa apresentada para o provimento de habitação de interesse social na faixa de renda de 0 a 3 SM, para os próximos 15 anos (2013 a 2028) é de 4.850 UH, ficando muito aquém da projeção de déficit habitacional supramencionada.

Considerando a projeção de UH a serem construídas até 2028 (4.850) daria uma oferta média de 323 unidades por ano. Contudo, no período de 2012 a 2021 apenas 02 empreendimentos, com um total de 166 unidades, foram construídos. Segundo o site oficial da Prefeitura Municipal de Florianópolis (201-):

> A Prefeitura Municipal de Florianópolis mantém parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF), por meio da qual estão sendo construídos os dois primeiros residenciais do programa Minha Casa Minha Vida em Florianópolis. O primeiro, localizado no Jardim Atlântico/Coloninha, irá beneficiar 78 famílias residentes no Continente e que se cadastraram junto à Prefeitura Municipal de Florianópolis. O segundo projeto é o residencial Ponta do Leal, que está sendo construído no bairro Estreito, e será ocupado pelas famílias cadastradas que hoje vivem na comunidade da Ponta do Leal. Neste, são 88 apartamentos, distribuídos em quatro blocos.

Destes dois empreendimentos, o objeto de estudo deste artigo trata do Trabalho Social e das ações executadas, com ênfase no eixo de Educação Ambiental e Patrimonial, no Residencial Jardim Atlântico.

4.1 RESIDENCIAL JARDIM ATLÂNTICO E SEUS SUJEITOS: O PRECURSOR DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM FLORIANÓPOLIS

O Residencial Jardim Atlântico é um empreendimento habitacional desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis vinculado ao Programa Minha Casa Minha Vida, localizado na Rua Irmã Bonavita, no bairro Jardim Atlântico e possui área total de 3.593,24 m². É formado por 78 unidades habitacionais, divididas em 05 blocos de quatro andares cada. Como área comum tem-se 01 salão de festas, 01 playgroud, 01 guarita e estacionamento.

As famílias beneficiárias foram selecionadas pela equipe da Prefeitura Municipal a partir da livre candidatura (demanda aberta), respeitando os critérios nacionais de acesso ao programa. Cabe mencionar, que além dos critérios pré-estabelecidos pelo programa, os

municípios possuem a prerrogativa de acrescentar outros critérios de acordo com a realidade local. Logo, o município de Florianopolis, por meio Decreto nº 13.120, de 27 de maio de 2014, em seu artigo 2°, complementou com os seguintes itens: I - famílias que tenham em sua composição crianças, adolescentes e idosos; II – famílias com vínculos socioempregatícios na região; e III – tempo de moradia no município.

O empreendimento foi entregue às famílias em abril de 2018, tendo como uma das primeiras interveções sociais no período de pós ocupação a aplicação de uma pesquisa para elaboração do Diagnóstico Socioeconômico e Territorial e Perfil das Famílias. Os dados a seguir foram extraídos deste documento, com a finalidade de apresentar brevemente o público alvo do Trabalho Social.

Das 78 famílias beneficiárias, foram entrevistadas 76, correspondendo a 97,43% do universo. A entrevista foi realizada com a principal responsável famíliar/títular do financiamento, sendo identificado que 48,7% são naturais da cidade de Florianópolis, 19,7 são naturais de cidades de Santa Catarina e 22% nasceram em outros estados brasileiros. Registra-se que uma responsável familiar tem nacionalidade estrageira e outra não informou a naturalidade.

Com relação ao sexo, considerando a totalidade dos moradores, ou seja, cerca de 250 pessoas, 62% são do sexo feminino, sendo que entre as principais responsáveis pelas famílias, esse percentual atinge os 100%.

De acordo com o Diagnóstico Socioeconômico e Territorial (2018), aproximadamente 90% das famílias tem apenas a mulher como responsável pelo núcleo familiar, dado que vai ao encontro do levantamento feito pelo IBGE em 2010 demonstrando que o volume de mulheres responsáveis pelo domicílio saltou de 9,048 milhões para 18,617 milhões entre 2000 e 2010.

Outro dado que compõe o perfil do público alvo das intervenções é a faixa etária, sendo identificado que 54% dos residentes do empreendimento são pessoas adultas. Sendo que entre as responsáveis pelas famílias a concentração está na faixa etária dos 30 aos 59 anos.

Os elementos nível de escolaridade e renda familiar também foram mensurados na pesquisa aplicada, identificando que 38,2% das responsáveis familiares possuem o ensino médio completo e 9,2% o ensino superior incompleto. Este é um dado bastante positivo, considerando a realidade brasileira que em 2004, 6,9% das mulheres chefes de família tinham em média de 1 a 4 anos de estudo; 22%, entre 5 e 8 e; 22,4%, entre 9 e 11. Já em 2013, houve

uma mudança significativa, ficando em 20,4%, 21,7% e 28%, respectivamente. (MOURA, 2016, p.61)

No que tange a renda familiar, foi identificado que aproximadamente 60% das famílias possuem renda mensal entre 1 e 2 SM. Contudo, chama atenção o percentual das famílias com renda menor que 1SM, ou seja, 25%.

Completando o breve perfil das famílias beneficiárias do Residencial Jardim Atlântico, tem-se a ocupação dos moradores do empreendimento, sendo possível constatar uma variedade neste quesito. Entretanto, cerca de 10% das ocupações estão relacionadas ao âmbito da prestação de serviços domésticos e/ou aseios (diarista, faxineira, doméstica, cozinheira).

O Trabalho Social tem como princípio a participação enquanto processo pedagógico de construção de cidadania e direito do cidadão, sendo iniciado nas etapas preliminares a entrega dos empreendimentos, desde a seleção das famílias, acompanhamento do desenvolvimento da obra, elaboração do Projeto de Trabalho Social (PTS) e Termo de Referência[7] (TR) quando da contratação de empresa terceirizada para a execução das ações programas.

A mudança das famílias para a nova moradia aconteceu a partir de 14 de abril de 2018, sendo as ações de continuidade ao Trabalho Social contratadas por meio de processo licitatório, tendo a empresa Painel Pesquisas, Consultoria e Publicidade como vencedora do certame. O PTS foi executado no período de abril de 2018 a maio de 2019, tendo como objetivo:

> Viabilizar o exercício da participação cidadã e promover a melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo projeto, executando obras e ações sociais de forma integrada mediante trabalho socioeducativo, com vistas à apropriação das benfeitorias e sustentabilidade dos serviços implantados (FLORIANÓPOLIS, 2017, p.11)

De acordo com o TR as ações a serem executadas foram assim organizadas: Mobilização, Organizacao e Fortalecimento Social (MOFS): curso de capacitação e formação de lideranças e ações intersetoriais; Acompanhamento e Gestao Social da Intervençao (AGSI): visita ao novo empreendimento, reunião de Sorteio de UH, acompanhamento da assembleia geral de eleição do síndico e conselho fiscal e entrega das chaves, esclarecimentos sobre contrato habitacional e apresentação da equipe técnica do PTS, plantão social, oficinas educativas e síndico mirim; Desenvolvimento Socioeconomico (DSE): feira de oportunidades

---

[7] O termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato.

e palestras sobre controle financeiro; e Educação Ambiental e Patrimonial (EAP): programa de manutenção preventiva e palestras educativas.

Neste estudo foram analisadas as atividades do eixo Educação Ambiental e Patrimonial, bem como outras que a educação ambiental tenha sido trabalhada de forma transversal.

A ação Programa de Manutenção Preventiva teve por objetivo orientar os moradores para o estabelecimento de rotinas de manutenção de todos os equipamentos e das estruturas, evitando dispêndio financeiro, tendo como conteúdo a ser abordado: sistemas de água, esgoto, coleta de resíduos sólidos, incluindo o treinamento para o uso adequado desses sistemas; orientações sobre as condições, prazos e requisitos de garantia de obras (vícios aparentes e ocultos); esclarecimentos sobre as responsabilidades da construtora, do condomínio e do beneficiário; orientações para a obtenção de orçamento e para a formação de agenda de fornecedores; promoção de ações socioeducativas relacionadas à conservação, à manutenção e à segurança. (FLORIANÓPOLIS, 2017)

Como metodologia desta atividade previu-se a realização de dois cursos, com dois modulos cada, com carga horária de 3h por módulo, ofertando 30 vagas por curso, totalizando 12h de atividades e 60 pessoas participantes adultos.

De acordo com o relatório de acompanhamento de atividades do Trabalho Social referente ao período 07 – novembro de 2018 – diante das dificuldades de articulação com os parceiros a serem envolvidos, uma nova metodologia foi apresentada e acatada pela equipe da Prefeitura Municipal de Florianópolis, onde foram planejados 04 encontros temáticos, sendo o primeiro realizado em 01 de novembro, tendo como tema norteador os cuidados com o sistema hidrossanitário.

O encontro foi conduzido pela equipe da empresa Painel Pesquisas, sendo destacada a importância do cuidado com o sistema hidrossanitários de um condomínio, evitando estes transtornos relacionados, principalmente pelo mau uso do sistema, devido ao descarte de resíduos sólidos pelos ralos e vasos sanitários. (PAINEL, 2018c).

Considerando que um dos principais resíduos causadores de entupimento é o óleo de cozinha, como objetivo deste encontro, buscou-se conscientizar os moradores para o descarte correto dos resíduos, sendo apresentada alternativa alinhada pela equipe do TS junto a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF) e ao síndico do empreendimento, culminando na adesão do condomínio ao Programa Reoleo[8].

---

8 O Programa ReÓleo faz a coleta de óleos de cozinhas, atuando de maneira efetiva para reduzir o impacto que o óleo provoca no meio ambiente, conscientizando a população no descarte adequado do óleo saturado

O segundo encontro aconteceu no dia 13/11 e contou com participação da equipe da Companhia de Melhoramento da Capital (COMCAP), tendo sido articulada a apresentação do Projeto Ampliação e Fortalecimento da Valorização de Resíduos Orgânicos no município de Florianópolis.

Como atividades preliminares a apresentação do projeto aos moradores, a equipe do Trabalho Social realizou reuniões com os técnicos da COMCAP do setor de educação ambiental, articulando também reunião das equipes com o corpo diretivo do condomínio com vistas a apresentação e debate da proposta. A equipe da COMCAP ainda visitou a área comum do empreendimento para reconhecimento do espaço e das possibilidades de métodos de compostagem considerando a realidade local. Foram apontados como possibilidades o uso do método UFSC[9] e minhocários coletivos.

No segundo encontro a equipe de educação ambiental da COMCAP fez a apresentação do projeto anteriormente citado, enfatizando a intrínseca relação entre consumo e geração de resíduo. Foi falado também dos princípios e diretrizes do gerenciamento de resíduos, destacando os 3Rs (reduzir, reaproveitar e reciclar) e a necessidade de repensar a maneira de produzir e consumir.

> Dentro da Educação Ambiental, uma das formas de se enfocar a diminuição do consumo e da geração de lixo que se instalou no mundo nos últimos anos é através da pedagogia do 3R's. Segundo as resoluções da Agenda 21 de 1992, o princípio dos "3R's" é apontado como a solução ou minimização dos problemas relacionados aos resíduos sólidos; redução ao mínimo dos resíduos; aumento ao máximo da reutilização e reciclagem ambientalmente saudáveis dos resíduos (AGENDA 21, 1996, apud SILVA; SANTOS; DOMINGOS, 2018, p. 04).

Por fim, foi apresentada a finalidade do Projeto de Valorização dos Resíduos Orgânicos que tem por objetivo a "implantação de sistemas de compostagem em escala individual, comunitária e institucional, com ações de sensibilização e capacitação da comunidade e monitoramento e apoio técnico" (FLORIANOPOLIS, 201-).

Como encaminhamento deste encontro, foi feito o agendamento para visita técnica no CVR e Pátio de Compostagem Modelo do Jardim Botânico oportunizando aos moradores conhecerem a cooperativa de triagem de materiais recicláveis alocada no galpão da COMCAP, o pátio de compostagem que recebe resíduos orgânicos de diversas instituições municipais, como creches e escolas, além de restaurantes parceiros e por ainda o Jardim

---

vegetal. Em contrapartida, os parceiros recebem produtos de limpeza.

[9] A compostagem via Método UFSC ou compostagem termofílica que consiste na montagem das leiras com larguras máximas de 1,5 m para permitir a aeração natural, com o fundo revestido por galhos ou material seco que farão a função de uma base permeável, por onde o ar circula por convecção natural O processo de compostagem ocorre através da decomposição realizada pelos microrganismos.

Botânico estão alocadas composteiras de diferentes tamanhos e formatos, como possibilidade para implantação no residencial. (PAINEL, 2019a)

A ação conjunta entre diferentes atores sociais e instituições devem fazer com que a educação ambiental seja realizada a partir do trabalho colaborativo realizado também nos espaços não formais e informais, potencializando os resultados esperados.

Os outros dois encontros temáticos foram voltados as questões ligadas a conservação do patrimônio, sendo realizadas reuniões com grupos de moradores afim de conscientizá-los para o cuidado com os equiquipamentos e áreas que são de uso comum. Nos quatro encontros realizados obteve-se um total de 74 participantes adultos.

Estes momentos são importantes instrumentos para uma educação ambiental plena, partindo da compreensão de que os espaços fazem parte de uma totalidade dialética que expressa as relações sociais vivenciadas. Na dialética, os fenômenos estão incessantemente em movimento, transformação, renovação e desenvolvimento. Nessa perspectiva, o ambiente assume uma personalidade, que se manifesta na história de cada sujeito a partir do relacionamento com o espaço, propondo a analisar à Educação Ambiental, através de um movimento dialético, numa reflexão entre a teoria e a prática, a práxis.

No item Palestras Educativas, tendo por objetivo sensibilizar o participante para uma nova relação com o meio ambiente de forma lúdica, o público alvo desta ação foram as crianças e adolescentes, residentes no empreendimento. Para o conteúdo das palestras foram indicados temas referentes ao manejo dos resíduos sólidos urbanos, drenagem urbana e doenças causadas por veiculação hídricas e bem estar animal. Concomitante ou por vezes em substituição ao instrumento técnico operativo Palestra, utilizou-se oficinas, contação de história, trilhas ecológicas e visitação educativa.

Das 04 atividades realizadas, em 03, houve a articulação e a participação de parceiros em sua execução, visando amplificar o alcance dos objetivos propostos. A primeira atividade foi realizada no Parque Ecológico do Córrego Grande, localizado na parte insular da cidade, em parceria com a Fundação Municipal de Meio Ambiente de Florianópolis (FLORAM). Inicialmente foi realizada palestra ao ar livre tendo como tema central o manejo dos resíduos sólidos. Os participantes conheceram o Projeto Família Casca que se trata de um modelo de gestão local dos resíduos orgânicos, com participação comunitária, com a disponibilização de ponto de entrega voluntária para receber resíduos, abordando ainda o processo de compostagem e finalizou-se realizando uma trilha ecológica (PAINEL, 2018b).

A segunda atividade desta ação, aconteceu em parceria com a COMCAP/Setor de Educação Ambiental: “buscando atender a metodologia proposta, articulou-se a participação

do artista Ney, responsável pelo museu do lixo, para uma interação com as crianças, tratando o tema dos resíduos sólidos de maneira divertida e atraente" (PAINEL, 2018c, p. 09).

O encontro aconteceu no residencial, em um sábado pela manhã, visando facilitar a participação dos moradores. Foi realizada uma dinâmica inicial que buscou dar um novo olhar para os resíduos, demonstrando que todo tipo de material é transformável, destacando o conceito de reaproveitamento e consumismo. De forma lúdica, cada participante confeccionou um boneco a partir do reaproveitamento de tecidos:

> Concomitante a realização desta atividade, dois agentes da COMCAP visitaram os apartamentos entregando material informativo, conversando, buscando sensibilizar os moradores para a separação dos resíduos domésticos, inicialmente, em duas frações (PAINEL, 2018c, p. 10).

A terceira Palestra Educativa foi realizada nas dependências da COMCAP, no bairro Itacurubi – Florianópolis. A palestra foi ministrada por educador ambiental da Companhia. Mais uma vez a questão da produção e transformação dos resíduos sólidos foi o tema central dada a questão ambiental envolvida diante da produção excessiva de lixo e as dificuldades com seu manejo. Segundo Mucelin e Bellini (2008, p113):

> O consumo cotidiano de produtos industrializados é responsável pela contínua produção de lixo. A produção de lixo nas cidades é de tal intensidade que não é possível conceber uma cidade sem considerar a problemática gerada pelos resíduos sólidos, desde a etapa da geração até a disposição final. [...] A problemática ambiental gerada pelo lixo é de difícil solução e a maior parte das cidades brasileiras apresenta um serviço de coleta que não prevê a segregação dos resíduos na fonte.

Foram apresentados aos participantes objetos construídos a partir da reutilização de resíduos e outros que passaram pelo processo de reciclagem. O resíduo orgânico foi abordado por meio da apresentação de um minhocário, onde foi apresentada a importância da separação e tratamento adequado desta fração.

Após a palestra os participantes visitaram o Centro de Valorização de Resíduos - CVR, a cooperativa que faz a triagem de parte dos materiais recicláveis coletados na cidade e ao Museu do Lixo.

> O Museu do Lixo da Companhia Melhoramentos da Capital (Comcap) é visitado anualmente por cerca de 3,6 mil pessoas, na maioria estudantes da rede pública de Florianópolis. [...] Abriga milhares de itens, que estão em processo de catalogação. As coleções que mais se destacam, pela quantidade e antiguidade dos exemplares, são as de ferros de passar roupa; de latas de refrigerante e cerveja; de máquinas fotográficas, de costura; de aparelhos de telefonia celular e de computadores. As instalações foram organizadas em ambientes construídos e decorados com materiais reciclados. Inclusive as tintas usadas nas pinturas do piso são reaproveitadas [...]. (MATOS; LUCAS, 2009 p. 182)

Finalizando as 04 atividades previstas na ação Palestra Educativa, em comemoração ao Dia Mundial da Água – 22 de março – foi realizada a contação da história "Por que

economizar água? Aprendendo sobre o uso racional da água" dos autores Jen Green e Mike Gordon. Para a contação os participantes foram dispostos em círculo, permitindo que todos visualizassem o material, criando maior interação entre os participantes. "A cada trecho da história os participantes foram sendo questionados sobre os seus hábitos e comportamentos relacionados ao uso da água, refletindo sobre o uso consciente deste recurso natural". (PAINEL, 2019a, p. 07). O segundo momento da atividade consistiu na realização de uma oficina de chaveiros, reutilizando tecidos, sendo criadas peças em formato de gota de água.

Nas quatro atividades realizadas participaram 58 crianças e adolescentes, perfazendo 72,5% do total previsto.

Das demais ações realizadas pelo Trabalho Social junto às famílias do Residencial Jardim Atlântico, organizadas nos outros eixos de trabalho, identificou-se a transversalidade da educação ambiental no eixo Mobilização, Organização e Fortalecimento Social, na ação Oficinas Educativas.

> [...] Temas Transversais têm natureza diferente das áreas convencionais. Tratam de processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias em seu cotidiano. São debatidos em diferentes espaços sociais, em busca de soluções e de alternativas [...]. São questões urgentes que interrogam sobre a vida humana, sobre a realidade que está sendo construída e que demandam transformações macrossociais e também de atitudes pessoais [...]. (BRASIL, 2000, p. 22)

Segundo Florianópolis (2017, p.23) – Termo de Referência - as oficinas educativas tem por objetivo "possibilitar que os moradores expressem seus projetos e anseios em relação à nova moradia, assim como à humanização das áreas coletivas no conjunto habitacional" e mais uma vez os resíduos sólidos e seu manejo e a forma de consumo da sociedade contemporânea foram assuntos tratados, sendo duas direcionadas ao público adulto obtendo a participação total de 10 moradores e uma ao público infanto-juvenil com a presença de 15 crianças e adolescentes.

As oficinas tiveram como temas norteadores o reaproveitamento dos resíduos. A primeira oficina realizada junto ao público adulto o incentivo a separação adequada dos resíduos domésticos, com ênfase no óleo de cozinha usado, relembrando a parceria realizada junto à ACIF, trazendo também a possibilidade de aproveitar o óleo para confeccionar sabão ecológico, destacando os malefícios deste resíduo para o meio ambiente e para o sistema hidrossanitário do empreendimento. Barras de sabão foram produzidas.

O reaproveitamento de garrafas de vidro foi trabalhado na segunda oficina, reforçando a necessidade do consumo consciente, repensando a maneira como a sociedade vem consumindo, com vistas a diminuição da exploração dos recursos naturais, a exemplo da areia

para a produção de vidro. A oficina teve como objetivo utilizar garrafas usadas para a confecção de artigos de decoração natalinos.

Por fim, foi realizada oficina para produção de lixeiras a serem dispostas na área comum, especialmente no playground onde se observava uma quantidade significativa de micro lixos no chão. Segundo D'Antonio *et al.* (2012, p. 35) "o tipo de resíduos de pequenas dimensões indetectável pelos meios de recolhimento de lixo convencional, conhecido como microlixo, é um problema que ganhou ampla preocupação pública nas últimas décadas" .

A atividade se deu a partir do reaproveitando de baldes de plásticos usados, onde foram pintados e customizados com desenhos feitos pelos participantes. Embora, a participação nas atividades tenha se dado de maneira bastante tímida na maioria das atividades, principalmente por parte do público adulto, o tema principal trabalhado – Resíduos Sólidos – se faz sempre necessário e urgente, levando discussões e reflexões desde o modo de produção da sociedade capitalista, com a constante exploração dos recursos naturais, a forma de consumo dos cidadãos e o manejo dos resíduos vislumbrando a sustentabilidade do Planeta Terra.

Assim aponta-se para a necessária articulação entre o ambiental com as demais dimensões, uma vez que se não se pode prescindir de uma educação ambiental crítica que contribua para transformar as relações sociais de produção em direção a um outro projeto societário.

> A formação de sujeitos ambientalmente responsáveis, comprometidos com a construção de sociedades sustentáveis, fundamento filosófico-político e teórico-metodológico da educação ambiental crítica, é uma ação política intencional e que, portanto, necessita de sistematização pedagógica e metodológica (TOZONI-REIS, 2007, p. 217).

Certamente na Educação Ambiental Crítica a sua marca principal está em afirmar que, por ser uma prática social como tudo aquilo que se refere à criação humana na história, a Educação Ambiental necessita vincular os processos ecológicos aos sociais na leitura de mundo, na forma de intervir na realidade e de existir na natureza. Reconhece, portanto, que nos relacionamos por mediações que são sociais, logo os efeitos deste movimento crítico na Educação Ambiental ampliam a compreensão do mundo e o repensar das relações sociais, problematizando-as em várias dimensões. Com a perspectiva crítica, entende-se que não verdades absolutas, conceitos sem história, mas relações em movimento e características peculiares a cada formação social, que devem ser permanentemente questionadas e superadas para que se construa uma nova sociedade vista como sustentável. (BRASIL, 2007)

As ações pautadas pela Educação Ambiental Crítica se propõem a incentivar a formação do cidadão crítico, capacitando-o para realizar reflexões sobre seu mundo e a interferir no mesmo, sendo capazes de rediscutir valores existentes em sua realidade, pautada num entendimento mais amplo do exercício da participação e do protagonismo social, como exercício da cidadania, prática indispensável à democracia e à emancipação socioambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à moradia é um direito humano protegido pela Constituição Brasileira e por Instrumentos Internacionais. Isto significa que todas as pessoas têm o direito a uma moradia localizada em um ambiente saudável que promova a qualidade de vida dos moradores e da comunidade. Entretanto, o que se observa é um Estado com papel gestor e intermediário do capital financeiro, ultimamente andando contíguo ao capital imobiliário, assim como a indústria da construção civil.

Frente a esta realidade tem-se o Programa Minha Casa Minha Vida como principal instrumento de viabilização de habitação, principalmente as de interesse social, porém este ainda tem sua execução pautada na periferização das cidades, com a construção de empreendimentos distantes dos centros urbanos e acesso aos serviços públicos.

Na contramão deste cenário, o Residencial Jardim Atlântico está localizado numa área privilegiada da região continental de Florianópolis, distante cerca de 5km a pé da região central da cidade e 8km de carro. A região é bem servida de equipamentos e serviços públicos, contando com escolas, unidades básicas de saúde, unidade de pronto atendimento, hospital, centro de referência de assistência social, áreas de lazer e amplo comércio.

O Trabalho Social da etapa pós-contratual foi realizado junto às famílias beneficiárias do Residencial num período de 12 meses, onde se executou 11 ações, desdobradas em 23 atividades, sendo que destas, 11 foram voltadas à educação ambiental perfazendo 47,82% do total de atividades realizadas, demonstrando preocupação com as questões ambientais e a necessidade de reflexão e ação sobre a realidade posta. Entretanto, a conquista da participação comunitária ainda se configura como um dos grandes desafios ao Trabalho Social.

O potencial articulador do TS foi bastante explorado, sendo realizadas diversas e importantes parcerias com instituições públicas municipais que historicamente tratam das questões ambientais em Florianópolis. Fator relevante tanto para o Trabalho Social, quanto para a Educação Ambiental, em consonância com as políticas e ações públicas vigentes. Mesmo que a finalização do processo de implementação das ações não tenha sido

acompanhada pelo TS, o mesmo cumpriu seu objetivo de convergir os sujeitos e agendas dos envolvidos.

Analisando os relatórios técnicos de acompanhamento das atividades, onde se pode ter conhecimento de todas as intervenções realizadas, ficou constatada a factual busca pela inclusão e participação social, coadunando para a reflexão e formação de sujeitos ambientalmente críticos, considerando a dialética existente nos processos, indo ao encontro da proposta da Educação Ambiental Crítica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 591, de 06 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. **Pacto Internacional Sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. Brasília, DF, 06 jul. 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm. Acesso em: 06 out. 2021.

_____. Congresso. Senado. Constituição (1988). Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais de revisão nº 1A6/.94. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Diário Oficinal da União, 05 out. 1988. p. 01-462

_____. Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 06 out. 2021.

_____. Ana Lúcia Tostes de Aquino Leite. Ministério do Meio Ambiente: Diretoria de Educação Ambiental (org.). **Educação Ambiental - Curso Básico a Distância:** Educação e Educação Ambiental II. Brasília: MMA, 2000. Volume 4.

_____. Lei nº 10257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Estatuto da Cidade**. Brasília, DF: Diário Oficinal da União, 10 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 06 out. 2021.

_____. Secretaria Nacional de Habitação. Ministério das Cidades (ed.). **Política Nacional de Habitação**. Brasília, 2004. 104 p. (Cadernos MCidades Habitação). Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf. Acesso em: 07 out. 2021.

_____. Soraia Silva de Mello. Ministério da Educação (org.). **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. 2. ed. Brasília: Unesco, 2007. 248 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf. Acesso em: 12 out. 2021.

_____. Lei nº 11977, de 07 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas

urbanas e dá outras providências. **Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV**. Brasília, DF: Diário Oficinal da União, 07 jul. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm. Acesso em: 06 out. 2021.

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação (2 ed.). **Trabalho Social em Habitação de Interesse Social**. Florianópolis: NUTE/UFSC, 2014. 341 p.

CARNEIRO, Dionísio Dias; VALPASSOS, Marcus Vinicius Ferrero. **Financiamento à Habitação e Instabilidade Econômica**: experiências passadas, desafios e propostas para ação futura. Rio de Janeiro: FGV;SNIC, 2003. 200 p.

CFESS - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Brasil) (org.). **Atuação dos assistentes sociais na política pública urbana**: subsídios para reflexão. Brasília, 2016. 66 p. (Trabalho e Projeto Profissional nas Polícias Públicas). Volume 5. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-SubsidiosPoliticaUrbana-Site.pdf. Acesso em: 07 out. 2021.

D'ANTONIO, Vanildo J. Assis *et al*. Análise ecológico-quantitativa do microlixo de uma praia de Santos (SP): uma presença indesejável e imperceptível nas areias das praias. **Revista Ceciliana**, Santa Cecília, v. 4, n. 2, p. 35-43, 2012. Disponível em: http://www.unisanta.br/revistaceciliana. Acesso em: 09 out. 2021.

DICKMANN, Ivo; CARNEIRO, Sônia Maria Marchiorato. **Educação Ambiental Freiriana**. Chapecó: Livrologia, 2021. 251 p.

ELGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2015. 158 p.

FLORIANÓPOLIS. PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Projeto Bom Abrigo - Mocotó**: participação comunitária e desenvolvimento social. Florianópolis, 2002. 106 p. (Volume III). Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/07_01_2010_17.23.04.a575e7df24caedc9518a207cbae6aeb1.pdf. Acesso em: 15 nov. 2021.

_____. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental (ed.). **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis**. Florianópolis: Vertrag, 2012. 166 p.

_____. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Infraestrutura. **Informações**. [201-]. Disponível em: https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/infraestrutura/index.php?cms=informacoes&menu=4&submenuid=1267. Acesso em: 09 out. 2021.

_____. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Gestão de Resíduos (SMMA COMCAP). **FNMA Valorização e Orgânicos.** [201-]. Disponível em: https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/comcap/index.php?cms=fnma+valorizacao+de+organicos&menu=10&submenuid=429. Acesso em: 09 out. 2021.

_____. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental (ed.). **Termo de Referência**: contratação de prestador de serviços e ações. Florianópolis, 2017. 52 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2004. 380 p.

JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2007, São Luís. **A Política de Habitação Popular no Brasil em tempos de globalização neoliberal.** São Luís: Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas - Mestrado e Doutorado, 2007. 9 p. Disponível em: http://www.joinpp2013.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoA/1211e0723ab90108ae52Edal%C3%A9a.pdf. Acesso em: 08 out. 2021.

LINDNER, Jane da Rosa. **A participação dos usuários da política de assistência social nas assembléias do orçamento participativo da cidade de Indaial**. 2005. 206 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Departamento Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de. **Educação Ambiental**: repensando o espaço de cidadania. São Paulo: Cortez, 2002. p. 69-98.

MARQUES, Cheyenne Vieira. **A participação dos usuários no programa Habitar Brasil BID-Mocotó**: desafios para a intervenção profissional do serviço social. 2006. 101 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MATOS, Cinara Beatriz de; LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira. Caracterização do Museu do Lixo. **Revista Acb**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 169-191, jun. 2009. Semestral. Disponível em: file:///C:/Users/not/Downloads/656-2723-1-PB.pdf. Acesso em: 09 out. 2021.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014. Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. **Manual de Instruções do Trabalho Social**. Brasília, DF, p. 01-44.

_____. Portaria nº 464, de 25 de julho de 2018. Dispõe sobre Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Brasília, DF: Diário Oficinal da União, 05 out. 1988. p. 01-462, 26 jul. 2018. p. 01-43.

MOREIRA, Vinicius de Souza; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos; EUCLYDES, Fellipe Maciel. **"Minha Casa Minha Vida" em números**: quais conclusões podemos extrair? In: IV ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A Construção da Administração Pública no século XXI, João Pessoa, 2017. p. 594 a 613.

MUCELIN, Carlos Alberto; BELLINI, Marta. Lixo e Impactos Ambientais Perceptíveis no Ecossistema Urbano. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 1, n. 20, p. 111-124, jun. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sn/a/q3QftHsxztCjbWxKmGBcmSy/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 08 out. 2021.

PAINEL PESQUISAS CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA (Santa Catarina). **Diagnóstico Socioeconômico e Territorial**: perfil das famílias - Residencial Jardim Atlântico. Florianópolis, 2018a. 20 p.

_____. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social**: Residencial Jardim Atlântico. Florianópolis, 2018b. 21 p. Período: Julho/2018.

_____. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social**: Residencial Jardim Atlântico. Florianópolis, 2018c. 14 p. Período: Novembro/2018.

_____. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social**: Residencial Jardim Atlântico. Florianópolis, 2019a. 18 p. Período: Março/2019.

_____. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social**: Residencial Jardim Atlântico. Florianópolis, 2019b. 26 p. Período: Abril e Maio/2019.

PAZ, Rosangela D. O. da *et al*. Trabalho Social na política habitacional: percursos, lacunas e desafios. In: SANTANA, Joana Valente (org.). **Habitação e Serviço Social**. Campinas: Papel Social, 2018. p. 109-123.

PINTO, Marina Barbosa. Captura do direito de morar pelo capital e as exigências do Serviço Social. In: SANTANA, Joana Valente (org.). **Habitação e Serviço Social**. Campinas: Papel Social, 2018. p. 89-105.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. (2014). Decreto nº 13.120, de 27 de maio de 2014. **Dispõe sobre os critérios municipais do processo de seleção de famílias beneficiárias dos programas habitacionais do município e Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, no âmbito do programa nacional de habitação urbana**. SC. 1223. ed. p. 1. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/diario/pdf/28_05_2014_19.38.23.0ed9be40ba8f9064b7047c5660f9bc62.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995. 87 p. (Questões da nossa época). Volume 41.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015. 480 p.

SILVA, Nathália Carina dos Santos; SANTOS, Eni Carvalho Alves dos; DOMINGOS, Patrícia. Educação Ambiental no Ensino Fundamental: praticando a pedagogia dos 3rs. **Educação Ambiental em Ação**, [*s. l*], v. 38, p. 1-12, 10 set. 2018. Trimestral. Disponível em: http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=1161. Acesso em: 09 out. 2021.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 231 p.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação ambiental**: natureza, razão e história. Campinas: Autores Associados, 2004.